



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CONCURSO PÚBLICO

PROCURADOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Prova Discursiva I

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, verifique se ele contém uma proposta para elaboração de parecer (Parte I) e três questões discursivas (Parte II), correspondentes à prova discursiva I, acompanhadas de páginas para rascunho.
- 2 Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 4 Não será permitida a utilização de nenhum material de consulta.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA I

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA I**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Procurador do BACEN**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

PARTE I

PARECER

O Banco Central do Brasil (BACEN) decretou a liquidação extrajudicial de empresas do Grupo X, após constatar que seus sócios cotistas colocaram títulos no mercado de capitais para acobertar insuficiência de caixa (títulos falsos). De acordo com o posicionamento do BACEN, a situação econômico-financeira do grupo não seria satisfatória, circunstância evidenciada também pela dificuldade de captação de recursos para o giro de curto prazo em seus negócios.

Irresignados, os sócios do Grupo X requereram ao BACEN o reconhecimento da nulidade do ato de liquidação. Para tanto, aduziram que não tiveram prévio acesso ao processo administrativo que culminara com a liquidação, aspecto que, por si só, já configuraria afronta ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, a justificar a nulidade do ato. Afirmaram, também, que o grupo empresarial ostentava situação financeira positiva, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses previstas na legislação de regência, autorizadas do decreto de intervenção.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, na qualidade de procurador do BACEN encarregado de examinar o requerimento apresentado pelo Grupo X, elabore parecer, dirigido ao procurador-geral, enfrentando a viabilidade jurídica do pedido formulado pelos sócios, mediante a utilização de argumentos que atendam, necessariamente e da forma mais completa possível, as seguintes determinações:

- ▶ esclareça se o BACEN dispõe de competência para exercer a permanente vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre as empresas;
- ▶ defina o instituto da liquidação extrajudicial, sua finalidade e fundamento legal para a sua decretação pelo BACEN;
- ▶ comente a respeito da observância do princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa nos processos de liquidação extrajudicial.

RASCUNHO – PARTE I – PARECER – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARTE I – PARECER – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARTE II

QUESTÃO 1

Considerando que o BACEN é o agente financeiro máximo e controlador de todas as operações de crédito disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — LC n.º 101/2000 —, discorra, com fulcro na LRF, acerca das vedações a que está sujeito o BACEN nas suas relações com ente da Federação, no que concerne às operações de crédito.

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

QUESTÃO 2

Determinado município editou lei que estabelece o tempo máximo de espera em fila nas instituições bancárias localizadas em seu território, bem como exige a instalação, nas agências, de equipamentos de segurança, tais como portas eletrônicas com detector de metais e câmaras filmadoras. Inconformados, alguns bancos ingressaram com mandado de segurança sob a alegação de que a lei municipal versava sobre matéria de competência da União, uma vez que a normatização do sistema financeiro nacional é de competência federal — art. 192 da Constituição Federal de 1988 (CF). Os bancos alegaram, ainda, que a lei municipal atentava contra o art. 22, VII, da CF, que estatui ser da competência privativa da União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores, e contra o art. 48, XIII, da CF, que dispõe ser da competência reservada do Congresso Nacional dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Tendo como referência o texto acima, responda, de forma sucinta e fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- ▶ Pode-se considerar que a lei municipal versa sobre assuntos que se encontram na esfera de competência do município?
- ▶ É adequado afirmar que a lei municipal, ao dispor sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias e sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de segurança, dispôs sobre matérias que a CF estabelece como sendo da competência privativa da União, além de transgredir competência reservada ao Congresso Nacional?

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

QUESTÃO 3

Uma empresa que atua no ramo de roupas esportivas, com vistas a aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de seus serviços, adotou determinada prática restritiva da concorrência. A referida conduta foi submetida à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no prazo legal, tendo sido autorizada, mesmo com prejuízo causado à livre concorrência, pelas seguintes razões: os benefícios dela decorrentes foram distribuídos equitativamente entre os seus participantes, de um lado, e os consumidores, de outro; não implicou eliminação da concorrência de parte substancial do mercado relevante; foram observados, nessa conduta, os limites estritamente necessários para atingir os objetivos visados.

A propósito da situação hipotética acima descrita, indique como se denomina a técnica/regra adotada pelo legislador brasileiro que, segundo a doutrina majoritária, permite que o CADE, de forma excepcional, autorize a prática de ato que possa limitar ou de alguma forma prejudicar a livre concorrência, e explicita o seu significado.

RASCUNHO – PARTE II – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

